

MEMÓRIAS EM SILÊNCIO: A DITADURA EMPRESARIAL MILITAR NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

MEMORIAS EN SILENCIO: LA DICTADURA EMPRESARIAL MILITAR EN LA CIUDAD DE RÍO DE JANEIRO

SILENT MEMORIES: THE MILITARY DICTATORSHIP IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v16i1.59027>

Mariana Monteiro Scabello¹

Resumo: Este estudo explora a relação entre memória coletiva e a narrativa oficial da ditadura de 1964, enfatizada pelo patrimônio cultural, investigando quais valores o Estado optou por preservar. A pesquisa adota duas perspectivas: a memória coletiva sobre a ditadura, documentada cartograficamente, e a memória oficial representada por patrimônios culturais tombados. Essa abordagem revela as interpretações coletivas da memória em contraste com o que é preservado. O objetivo é mapear as memórias coletivas em relação aos patrimônios culturais da resistência ao regime ditatorial, visando compreender qual aspecto da memória da ditadura de 1964 está conservado no espaço urbano.

Palavras-chave: Ditadura Empresarial Militar. Memória coletiva. Memória oficial. Hegemonia. Rio de Janeiro.

Resumen: Este estudio explora la relación entre la memoria colectiva y la narrativa oficial de la dictadura de 1964, enfocada en el patrimonio cultural, investigando qué valores el Estado eligió preservar. La investigación adopta dos perspectivas: la memoria colectiva sobre la dictadura, documentada cartográficamente, y la memoria oficial representada por patrimonios culturales protegidos. Este enfoque revela las interpretaciones colectivas de la memoria en contraste con lo que se preserva. El objetivo es cartografiar las memorias colectivas en relación con los patrimonios culturales de la resistencia al régimen dictatorial, con la intención de comprender qué aspecto de la memoria de la dictadura de 1964 está conservado en el espacio urbano.

Palabras clave: Dictadura Empresarial Militar. Memoria colectiva. Memoria oficial. Hegemonía. Río de Janeiro.

Abstract: This study explores the relationship between collective memory and the official narrative of the 1964 dictatorship, emphasized by cultural heritage, investigating which values the State has chosen to preserve. The research adopts two perspectives: the collective memory of the dictatorship, documented cartographically, and the official memory represented by listed cultural heritages. This approach reveals collective interpretations of memory in contrast to what is preserved. The aim is to map collective memories in relation to cultural heritages of resistance to the dictatorial regime, aiming to understand which aspect of the memory of the 1964 dictatorship is conserved in urban space.

Keywords: Military Dictatorship. Collective memory. Official memory. Hegemony. Rio de Janeiro.

Introdução

Entre os diversos países que sofreram sob o domínio de governos ditatoriais, o Brasil se encontra dentro de um seletivo grupo, no qual os lugares de memória não foram preservados dentro da lógica de “lembrar para não repetir”. Contrariamente, o que se observou foi um processo de “reconciliação nacional via esquecimento” (Gómez, 2018), no qual o bloqueio a políticas de reparação e aos mecanismos de justiça de transição à democracia foram sancionados por sucessivos governos pós-1985.

Essa lacuna se manifesta na falta de políticas eficazes para preservar os lugares de memória da resistência à ditadura de 1964 e na perpetuação de estátuas, logradouros, escolas e prédios públicos, que fazem referência acrítica ao regime ditatorial, quase trinta anos após a diluição das coalizões de poder que o sustentavam. Isso reflete o contínuo desinteresse dos diversos governos em trabalhar a memória coletiva no sentido de valorizar a democracia e promover uma consciência crítica habilitada a prevenir a volta de regimes de exceção (Torres, 2013).

Na observação empírica da cidade do Rio de Janeiro se percebe, simultaneamente, a presença da Ponte Costa e Silva e do Memorial em homenagem a Stuart Angel. O mesmo Estado que reconhece a violação aos direitos humanos cometidos entre 1964-1985 continua a preservar a memória dos ditadores, revelando um descompasso entre o discurso da reparação e a prática estatal que é notadamente reconciliatória.

Esta pesquisa, ao situar o tema dentro do Urbanismo abre a possibilidade de discutir as marcas da ditadura ainda presentes na cidade, na forma de placas, infraestrutura de circulação e afins e, a disputa pela memória da resistência. A cidade do Rio de Janeiro será tratada como o espaço de projeção dos imaginários sociais, no qual é possível verificar os esforços de memorialização dos movimentos sociais e do Estado, como a concretização na superfície urbana das interpretações coletivas da memória, e do que o Estado considera como memória passível de preservação, respectivamente.

A escolha de se trabalhar o patrimônio cultural veio de um entendimento de que “a narrativa histórica produzida pela linguagem urbana, pela sintaxe do patrimônio histórico, muitas vezes é encarada como algo intocável, neutro, destacado da realidade.”(Ribeiro; Simão, 2014, p. 4). Neste artigo, os patrimônios culturais são entendidos como categoria de pensamento e como instrumento ideológico representativo do discurso hegemônico do Estado sobre o período em questão. O objeto cultural, além de produto, também é produtor de hegemonia, e assim “[...] à memória [é] narrada pelo patrimônio, como se ela pertencesse à cidade, como se fosse a cidade o sujeito social dotado de vontade, de tempo, de transformação, e não os homens que a produzem.”(Ribeiro; Simão, 2014, p. 4).

Essas marcas no espaço revelam os processos de disputa entre memória coletiva e memória oficial na formação da cidade e o caráter político das práticas de preservação, na qual o patrimônio cultural exerce a função de aparelho ideológico. Assim, surgem duas questões que motivam e norteiam a pesquisa: De que forma estão espacializadas concretamente as memórias da resistência da ditadura de 1964 na cidade do Rio de Janeiro e quais delas são preservadas pelo Estado?

Esta pesquisa parte de duas perspectivas: a memória coletiva sobre a ditadura de 1964, elaborada através de documentação cartográfica, e a memória oficial consagrada sob a forma de patrimônio, bens

tombados ou em processo de tombamento. Esta abordagem permite entender as interpretações coletivas da memória em comparação ao que é preservado dela, compreendendo que a preservação é uma escolha política onde ao eleger o que deve ser lembrado, subjetivamente se indica aquilo que deve ser esquecido. Com isto, o trabalho busca delinear uma cartografia das memórias coletivas em comparação aos patrimônios culturais da resistência ao regime ditatorial, com a intenção de perceber qual a memória da ditadura de 1964 está preservada no espaço urbano.

Este trabalho parte do inter cruzamento das cartografias da ditadura militar de 1964 da cidade do Rio de Janeiro, trabalhos realizados por institutos com objetivo de espacializar as memórias e marcas deixadas pelo regime. A cartografia final que será analisada tem caráter quali-quantitativo e é uma reunião dos dados coletados pelo Instituto Vladimir Herzog (IVH), Instituto de Estudos da Religião (ISER/RJ), e pelo Núcleo de Direitos Humanos (NDH) do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - RIO), resultando na localização de 289 lugares de memória distribuídos pelas cinco áreas de planejamento urbano - Área de Planejamento 1 (que corresponde aproximadamente à Zona Central), Área de Planejamento 2 (Zona Sul e parte da Zona Norte), Área de Planejamento 3 (parte da Zona Norte), Área de Planejamento 4 (parte da Zona Oeste) e Área de Planejamento 5 (parte da Zona Oeste) - do município do Rio de Janeiro.

Memória, bens culturais e hegemonia

Para iniciar este tópico acredito ser necessário apresentar o entendimento acerca da história, dos bens culturais e da concepção de hegemonia sustentado pelo pensamento crítico. O trabalho carrega uma concepção de história como processo, permitindo enxergar os lugares de memória da ditadura de 1964 não somente como uma coisa do passado, mas as suas repercussões no presente. Assim, a história é aqui entendida não como a sucessão dos fatos, de acumulação quantitativa, mas como luta de classes permanente, que em uma perspectiva benjaminiana, tenta recuperar entre, o “cortejo de triunfo que conduz os dominantes”, a tradição dos dominados.

Benjamin (1987) olhava para o passado não em uma simples ação contemplativa, mas a serviço da reflexão e da prática revolucionária do presente, a partir da memória como possibilidade de quebra do discurso oficial e redenção da perspectiva dos dominados. Assim, não há luta pelo futuro sem a memória do passado (Lowy, 2005). Esta prática de “escovar a história a contrapêlo”, ou escrever a história no “sentido contrário” é explicada por Lowy em dois sentidos complementares:

- a) Histórico: trata-se de ir contra a corrente da versão oficial da história, opondo-lhe a tradição dos oprimidos. Deste ponto de vista entende-se a continuidade histórica das classes dominantes como um único enorme cortejo triunfal, ocasionalmente interrompido por sublevações das classes subalternas.
- b) Político (atual): a revolução não acontecerá graças ao curso natural das coisas, o “sentido da história, o progresso inevitável. Será necessário lutar contra a corrente. Deixada à própria sorte, ou acariciada no sentido do pêlo, a história somente produzirá novas guerras, novas catástrofes, novas formas de barbárie e de opressão (2005, p. 71).

Isto significa dizer que a história no “sentido contrário” deve recusar qualquer identificação afetiva com os heróis oficiais, significa considerar cada monumento como também “um produto de

guerra, de extermínio, da opressão impiedosa”. Como afirma Benjamin (1987, p. 225), “todo documento da cultura é ao mesmo tempo um documento da barbárie”. A classe dominante, ao se apropriar da cultura anterior, a integra a seu sistema de dominação social ideológico, tornando o estudo dos bens culturais fundamental para a história da luta de classes.

Neste artigo, isto significa examinar os objetos culturais a partir da perspectiva dos vencidos, em uma postura crítica que implica no entendimento da cultura apropriada pela classe dominante para reiterar seus valores, através, inclusive, de tradições inventadas (Hobsbawm, 1997).

A continuidade dos processos autoritários, tanto no discurso como na prática estatal brasileira, se ancora na cultura como parte substancial na reprodução do capital, como componente do conjunto superestrutural que mediatiza a ação da sociedade civil. Segundo o arcabouço teórico de Gramsci (2001), a superestrutura se divide em dois planos:

[...] o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativamente nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (Gramsci, 2001, p. 20)

Na sociedade civil a classe constrói seu domínio ideológico de forma indireta, por meio do convencimento, com a reprodução de seus valores como valores universais, garantindo a legitimidade da classe dominante e a manutenção de seu poder. Já a sociedade política exerce o domínio direto, garantido por meio da força física. Assim, quando uma classe constrói sua hegemonia na sociedade civil, o Estado é relegado a funções administrativas e diretivas, intervindo apenas em momentos de crise da hegemonia social do grupo dominante, consolidando, por exemplo, processos ditatoriais para retomar o controle.

O domínio indireto é exercido através da hegemonia, uma “combinação da força e consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados ‘órgãos de opinião’ pública” (Gramsci, 2002, p. 95). Assim, os elementos constitutivos da sociedade civil são instrumentos de dominação da classe burguesa sobre o proletariado, que apoiam os interesses de classe, internalizado pelos grupos subordinados como valores universais, garantindo sua legitimidade necessária para conservar o status quo, sem necessidade de estratégias coercitivas.

Um grupo social que possui uma concepção própria do mundo, embora embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, descontínua e ocasionalmente, ou seja, quando tal grupo se movimenta como um conjunto orgânico, toma de empréstimo de outro grupo, por razões de submissão e de subordinação intelectual, uma concepção que não é sua e a afirma por palavras e também acredita segui-la, porque a segue em ‘tempos

normais', isto é, quando a conduta não é independente e autônoma, mas submissa e subordinada. (Gramsci, 1999, p. 97).

Esta submissão e subordinação faz parte, para o autor, do consentimento das classes subalternas com sua própria marginalização, alegando que os grupos subordinados possuem uma “falsa consciência”, isto é, eles aceitam as suposições e valores convencionais dos grupos dominantes como “legítimos”. Este consentimento não é ativo mas, um resultado das forças hegemônicas.

A hegemonia é construída nos campos econômico e político, mas principalmente no campo cultural e ideológico. A cultura como instrumento de dominação ideológica das classes dominantes, é o campo de batalha pela hegemonia, uma vez que “consolida relações de poder ao mesmo tempo em que atua para desarmar e imobilizar as possibilidades de organização política de massas”(Schlesener, 2007).

Tais considerações evidenciam a importância de compreender a apropriação da memória pela cultura na construção da hegemonia, tanto pelas classes dominantes, quanto pelo modo de produção capitalista, quando utilizada para escamotear os conflitos ou naturalizá-los. A própria ausência de lugares de memória consagrados pelos instrumentos de preservação referentes à ditadura de 1964, pode ser interpretada como uma tentativa de encobrir e de naturalizar um esquecimento sobre aquela época.

Para o autor, a formação de uma vontade coletiva está pautada em uma “reforma intelectual e moral”, de forma que a renovação econômica, social e política se associam à criação de uma nova cultura contra hegemônica. Assim, “[...] não é a cultura de massa que cria as condições de uma nova sociabilidade, mas a compreensão do real a partir das contradições que o perpassam a fim de entender o movimento das lutas de classes”(Schlesener, 2007).

A deslegitimação das formas burguesas de dominação e a criação de um novo sistema de valores é essencial para esses autores, o que inclui, necessariamente, a cultura. Escovar a história da cultura a contrapelo é igualmente redescobrir os momentos utópicos escondidos na “herança” cultural (Lowy, 2011) e, para isso, é importante revelar, inclusive, aquilo que está oculto pela memória oficial, não só o que se decidiu preservar mas, principalmente, o que se descartou.

Com isto em vista, este artigo ao analisar a espacialização das memórias da resistência e dos patrimônios tombados referentes a ditadura de 1964, pretendeu identificar e diferenciar os momentos em que a cultura é usada a favor da dominação hegemônica e, portanto, da produção capitalista, e de seus momentos de ruptura onde existe potência para a quebra da continuidade histórica, dialogando com a manutenção da possibilidade de transformação social e operando na construção de saberes que se configuram favoráveis a formação de uma consciência de classe.

Os espaços de memória da ditadura empresarial militar

A transição democrática no Brasil ocorreu sob os termos estabelecidos pelos próprios militares. Não houve um rompimento com o governo de exceção, mas uma “distensão lenta, gradual e segura” da qual a Lei da Anistia foi instrumento crucial (Gómez, 2018). Dentro da tradição conciliadora das elites brasileiras estabeleceu-se uma transição política sem política de transição, esquivando-se do confronto

com o passado violento. O “esquecimento” foi uma opção tomada teoricamente em nome da reconciliação da nação e, na tentativa de enfraquecer qualquer sentimento de “vingança”. Criou-se em seu lugar um vazio narrativo, no qual não se concretiza a experiência. Assim se constata na prática o êxito da estratégia de abertura conduzida pelo regime militar e pelas elites, que através da Lei da Anistia criaram uma poderosa barreira de contenção da memória social e histórica sobre a ditadura (Avilez, 2018).

Esta tendência conciliatória se manifesta também nos marcos simbólicos da produção do espaço social das cidades, uma vez que esta mesma elite mantém a hegemonia da construção da memória coletiva. O caráter conflituoso da produção do espaço urbano encontra-se camuflado pela cordialidade, que configura, por sua vez, o chamado “espaço cordial” (Ribeiro, 2009), onde não há “[...] espaço para o conflito, para o confronto, mas para a convivência amigável, mesmo quando autoritária, de diferenças temporais em nome de um futuro comum e próspero” (2009, p. 87).

Assim, em um país no qual a anistia naturalizou diferenças irreconciliáveis, não é surpreendente que essa relação se repita no espaço. O espaço urbano carioca enquanto espaço cordial camufla as tensões entre a história hegemônica e as memórias subterrâneas (Pollak, 1989). Os passados conflitantes desde as permanências do passado colonial em relação ao republicano, assim como, dos períodos ditatoriais frente ao democrático, criam um aparente consenso no espaço urbano que, pode ser considerado uma forma de apagamento tão efetiva quanto a destruição física dos lugares de memória. Pois sua coexistência não significa uma aceitação de versões diferentes da história, mas um excesso de memória como forma de apagamento das memórias dos oprimidos.

Os estudos de memória social e justiça de transição, ainda não incorporam a ideia da dimensão espacial como uma força produtiva na vida social. Nos processos de transição as discussões sobre o espaço se restringem a termos de uso e eleição de lugares de memória, sem considerar as possíveis relações entre (in)justiça espacial e as elaborações coletivas sobre os crimes de Estado (Schindel, 2012). Os crimes cometidos são separados do contexto social e político aos quais estavam inseridos, não se considera o relacionamento entre a violência do Estado e as reconfigurações urbanas e a desigualdade espacial. Assim, parece que o período ditatorial foi superado quando suas reminiscências estão fortemente expressas e atreladas ao espaço em que vivemos e ao nosso cotidiano, por exemplo, na forma das Unidades de polícia pacificadoras (UPP), na reforma universitária de 1969 que delineou o modelo atual, ou no próprio desenho da cidade.

A produção das cidades, passa pela (re)produção de relações sociais cordiais, a exemplo das políticas de conciliação entre as memórias subterrâneas e as memórias produzidas pelo Estado, que mais do que a memória, produziu esquecimento e silêncio (Ferraz; Campos, 2018), além de um “vazio narrativo” nos discursos oficiais, como o ensino escolar formal, datas comemorativas, e o patrimônio cultural. Assim, o estudo da cidade é essencial para revelar qual ideologia que esta, enquanto espaço cordial, camufla. Nesse contexto, a apreensão das memórias da ditadura tanto oficiais como subterrâneas na cidade do Rio de Janeiro traz reflexões acerca da construção da identidade carioca associada à ocupação da cidade, evidenciando como o espaço urbano e a cultura, quando usados para suprimir as contradições, podem servir como instrumentos para o apagamento da ditadura.

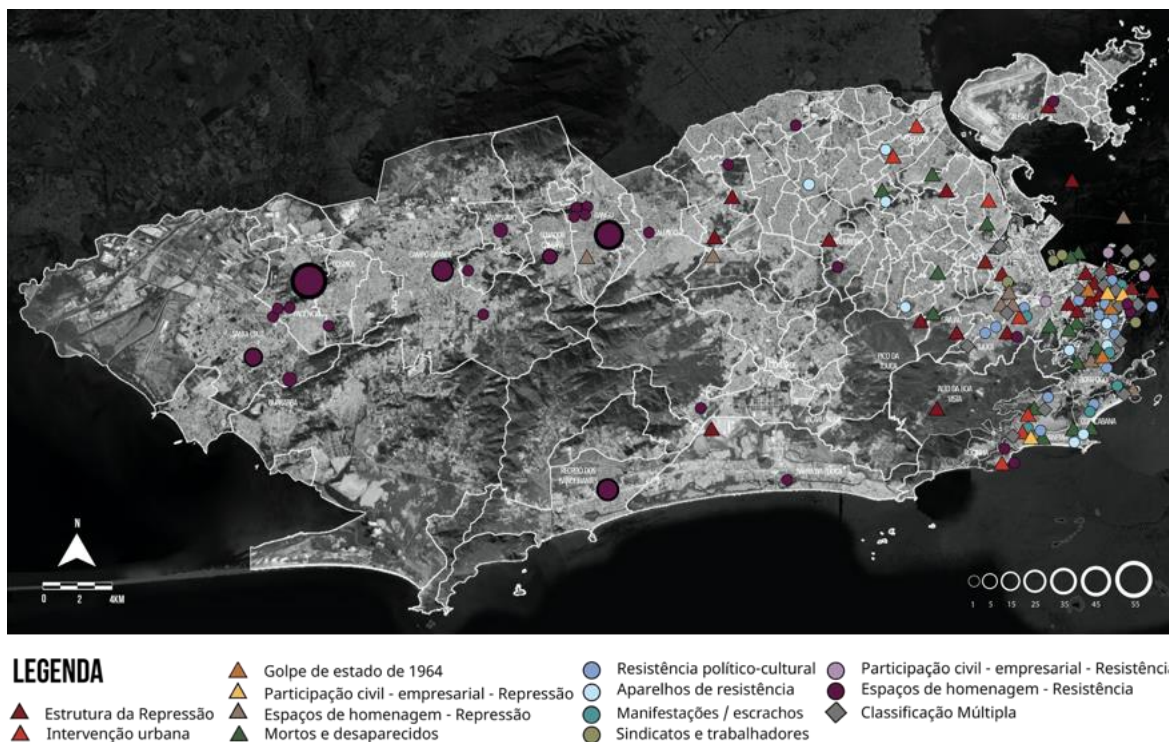
Se [...] toda cidade é, entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais sobre o espaço, as marcas que esforços de memorialização estampam na superfície urbana compõem um texto privilegiado onde são lidas as avaliações e interpretações coletivas das memórias. Em sua forma de se desdobrar no espaço, pode-se detectar o grau de consenso ou conflito que permeia as histórias do passado, bem como as tensões que perpassam o presente. (Schindel, tradução da autora, 2009, p.3)

Seguindo esta perspectiva, a reflexão de Schindel (2009) sobre a cidade como um “texto privilegiado” torna-se crucial, pois evidencia a desconexão entre o discurso da justiça de transição com a prática, criando uma desconexão das memórias da ditadura empresarial militar com o espaço. Embora essas memórias articulem a narrativa histórica, falham em integrar-se à narrativa histórica produzida pela linguagem urbana, de forma que acabam se restringindo a uma questão de memorialização dos espaços e não uma espacialidade da memória, sem permitir a compreensão das ideologias neles expressas para a constituição das cidades. A inscrição das memórias é tratada como se fosse alheia à questão do estatuto da própria cidade, ou como se a sua incorporação ao espaço urbano pudesse ser pensada separadamente da questão do modo de viver (Schindel, 2011).

Se percebem espaços de memória da ditadura de 1964 em vários cantos da cidade que apresentam relevância quando considerados individualmente, mas que não se relacionam entre si e não são vistos como conjunto, mas como epifenômenos ao invés de uma estrutura complexa e contínua de repressão. Assim, a cartografia nos ajuda a entender em que medida a experiência da ditadura nos permeou (e ainda permeia) como sociedade, evidenciando continuidades entre os regimes de exceção e os regimes democráticos, a partir dos vínculos da estrutura do regime repressivo com a sociedade “normal” (Schindel, 2011).

O Mapa dos espaços de memória da ditadura empresarial militar (Figura 1) revela uma grande diversidade de tipos de espaços de memória, como: resistência político-cultural, estrutura da repressão e mortos e desaparecidos. Estes espaços foram divididos em três categorias mais gerais demarcadas por três símbolos diferentes: o triângulo, representando os lugares de memória ligados de alguma forma a ações repressivas tanto da sociedade política quanto civil; o círculo, que corresponde às iniciativas da resistência, ações e lugares que representavam as forças contra hegemônicas e o losango que são espaços de sentido múltiplo, ou seja, nos quais as duas categorias estão presentes na mesma proporção. Além desta legenda qualitativa, o mapa possui uma legenda quantitativa presente no canto inferior direito.

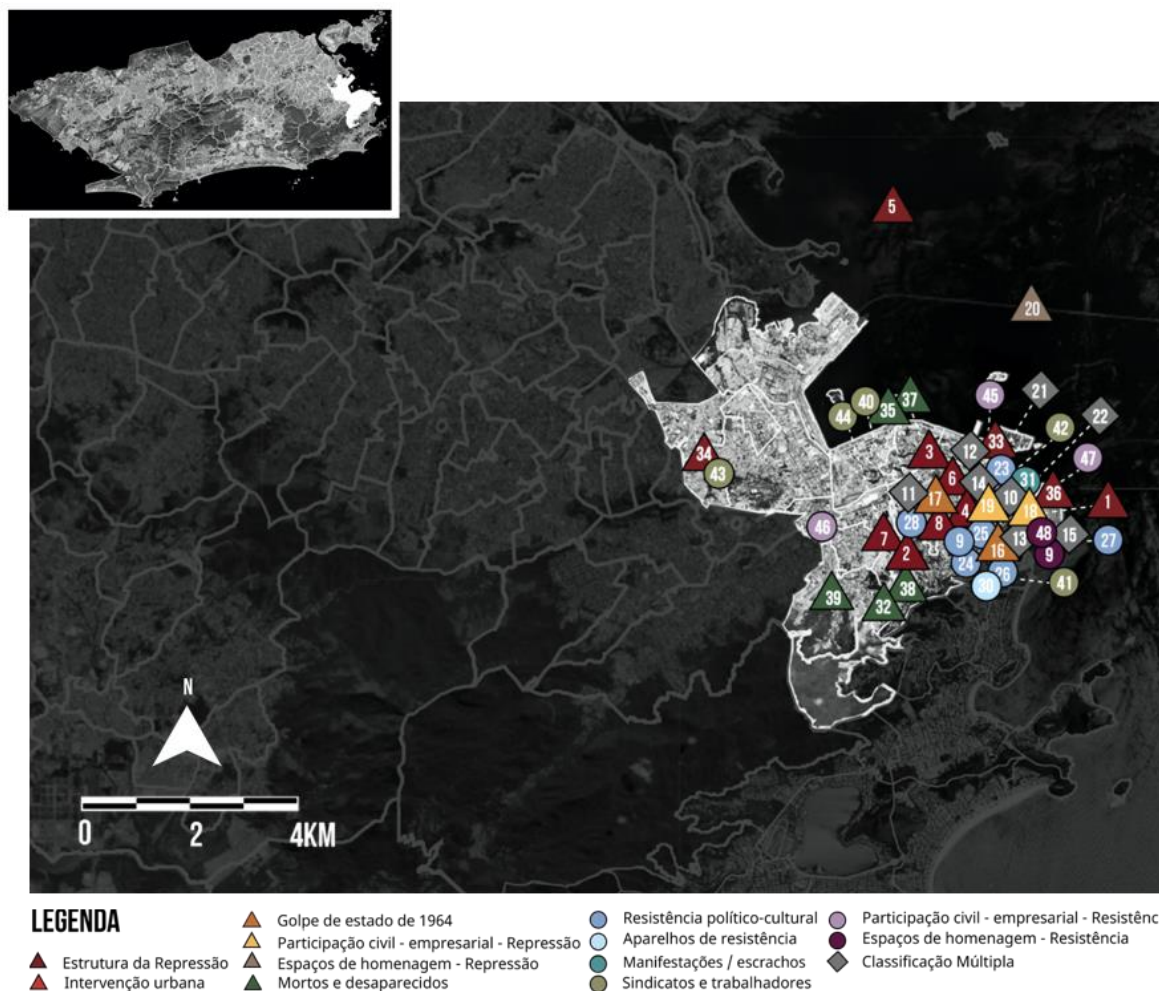
Figura 1 - Mapa dos espaços de memória da ditadura empresarial militar



Fonte: produzido pela autora.

De imediato, percebe-se no mapa a maior concentração de espaços de memória nas áreas centrais da cidade (Ap1 e Ap2) que vai diminuindo em número e variedade quando chegamos a periferia imediata (Ap3), para em seguida aumentar exponencialmente em quantidade na periferia (Ap5). A ligação entre a densidade e diversidade de espaços no Centro e Zona Sul está ligada, em parte, ao modelo centro-periferia de desenvolvimento urbano sob o qual a cidade do Rio de Janeiro, enquanto metrópole brasileira, se desenvolveu. A crescente estratificação social do espaço, resultante de sucessivas políticas públicas que beneficiaram apenas o núcleo da cidade foram aprofundadas durante o regime empresarial militar, deixando a periferia se formar quase sem intervenção estatal e sem infraestrutura adequada (Abreu, 2013).

Figura 2 - Mapa da AP1: espaços de memória da ditadura empresarial militar

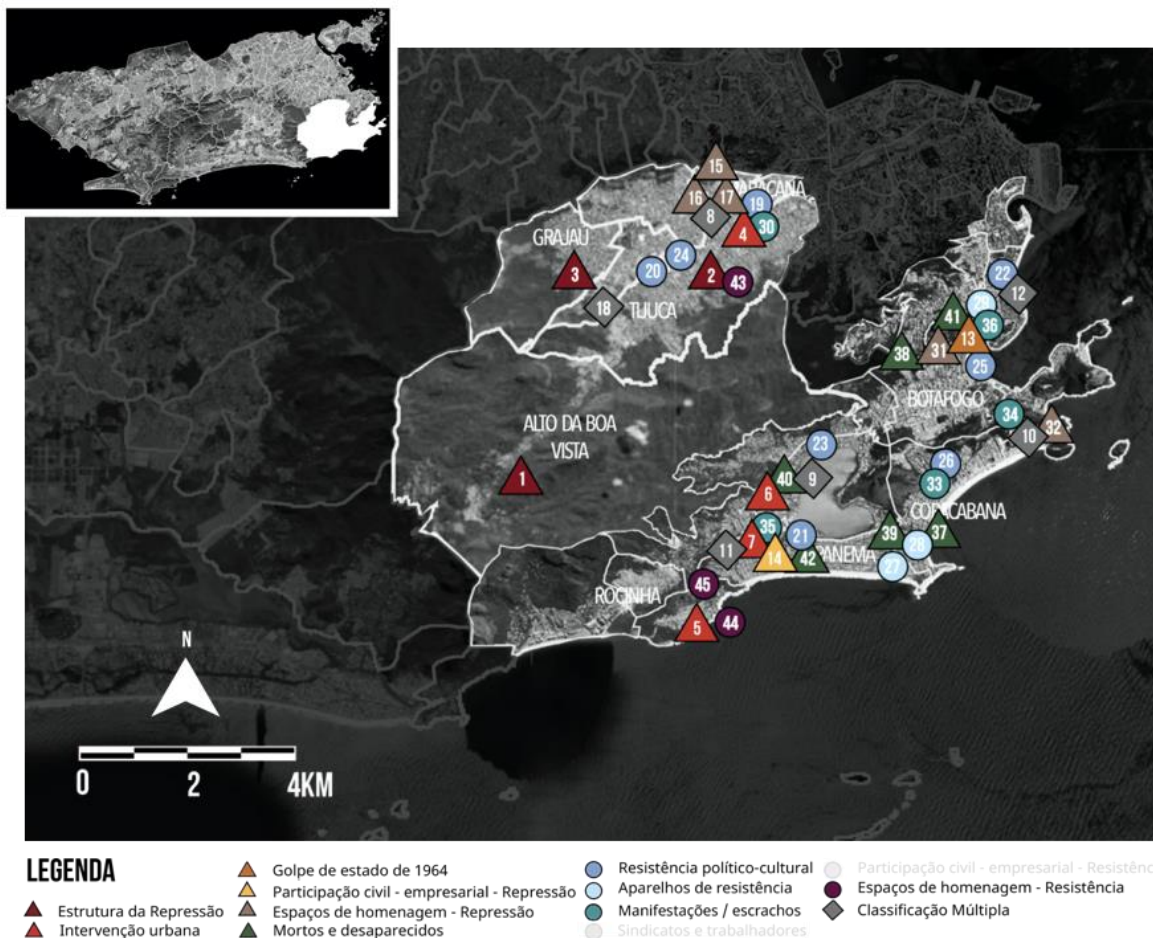


Fonte: produzido pela autora.

É coerente que a AP 1 (Figura 2), como centro histórico da cidade do Rio de Janeiro, seja a área com a maior diversidade e densidade de espaços de memória, esta é a única das APs que possui todas as tipologias, justamente porque, como núcleo concentrou as funções econômicas, administrativas, financeiras e culturais, além de um melhor “padrão de infra-estrutura urbanística e de equipamento social urbano, ainda que com tendência ao superuso” (Abreu, 2013).

A Ap 2 (Figura 3) constituída pela zona sul e parte da zona norte, compõe também o núcleo central. Desde sua instauração, a zona sul, tem um caráter elitista, as antigas chácaras de fim-de-semana da aristocracia tornaram-se residências permanentes dando início a bairros como Botafogo, Glória e Catete. Pela proximidade ao núcleo inicial, o domínio da zona sul pelas classes de renda mais alta seria interrompido, no século XX, pelo aparecimento das favelas (Abreu, 2013), em função da distribuição desigual da infraestrutura urbana e possibilidade de empregos. Nota-se que a maior incidência de intervenções urbanas se concentra nesta área, justamente pela presença das moradias informais, que a partir de 1960, foram sumariamente erradicadas, e seus moradores removidos para as áreas suburbanas.

Figura 3- Mapa da AP2: espaços de memória da ditadura empresarial militar



Fonte: produzido pela autora.

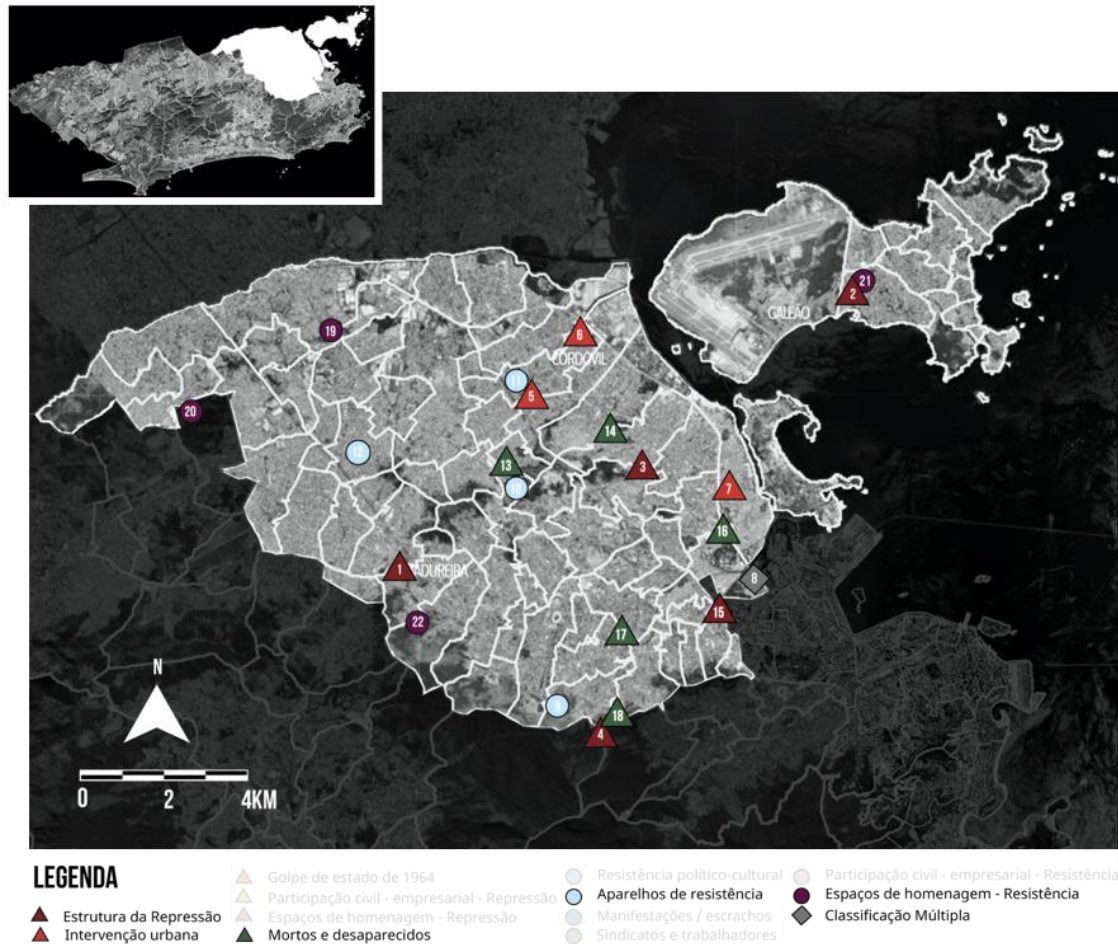
Ainda na Ap 2, há uma predominância de espaços de homenagem da repressão e marcadores de memória autoritários em geral, que exercem violência simbólica, contínua e assimilada. Outra particularidade da Ap 2 é a presença de espaços onde se exercitou a prática do escracho, um tipo específico de manifestação, que se consagrou em países como Chile e Argentina, na qual os militantes se reúnem diante da residência da pessoa que querem denunciar publicamente, neste caso os militares, que como prêmio aos seus serviços habitavam as regiões mais ricas da cidade.

Este núcleo central tem exclusividade sobre a categoria de espaços de resistência político cultural de memória. São jornais, museus, cinemas, boates, espaços de lazer, que eram escassos ou inexistentes em outras partes da cidade. Isto mostra duas tendências: o monopólio da cultura pela classe dominante, de forma que os aparelhos culturais não atingem as periferias e, a valorização a um tipo específico de cultura e a um tipo de resistência, ou seja, uma cultura associada aos valores hegemônicos e uma resistência que se dá de forma indireta, através da cultura, ao invés de formas mais diretas de ação.

A resistência cultural espacializada corresponde aquela propagada pelos liberais durante a ditadura empresarial militar, estes desempenharam um papel significativo na reverberação da resistência cultural, à medida que eram os donos dos meios de comunicação de massa, permitindo certa inserção dos agentes produtores da cultura de esquerda. Este é apenas um tipo de resistência cultural que não engloba a heterogeneidade das ações culturais contra regime, mas que se constituiu, no plano da memória social,

como “[...] o próprio conceito de resistência à ditadura, tal como consagrado hoje em dia pela opinião pública mais ampla” (Napolitano, 2013, p. 6).

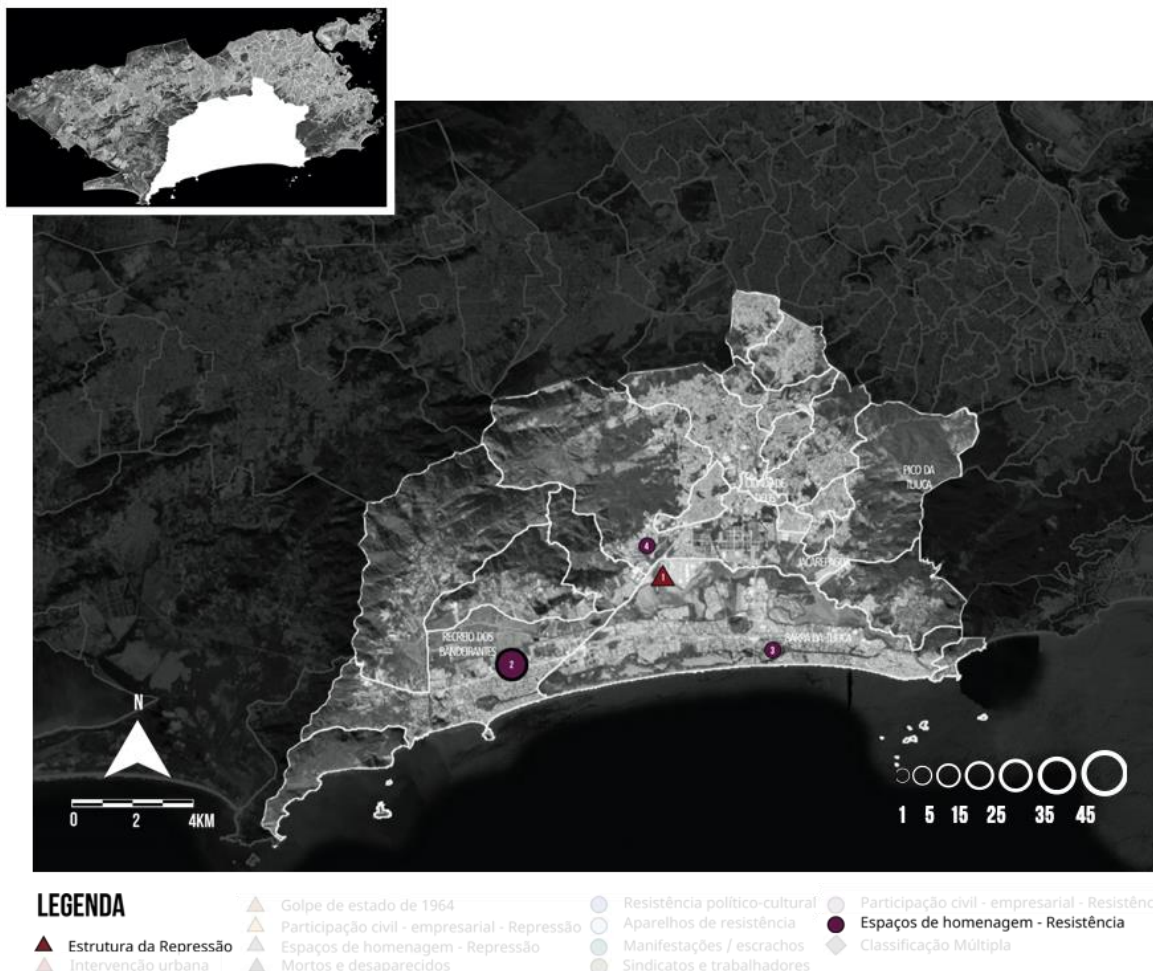
Figura 4- Mapa da AP3: espaços de memória da ditadura empresarial militar



Fonte: produzido pela autora.

A AP 3 (Figura 4), como periferia imediata, correspondia a área de expansão urbana, e possuía alguma infraestrutura, no entanto, de qualidade bem inferior ao núcleo, tanto em questão de moradia, quanto de transporte e equipamentos sociais. Percebe-se que esta expansão urbana se traduziu em um programa de remoção das favelas instaladas na área, e na construção de conjuntos habitacionais para população expulsa da zona sul por meio das desapropriações, a exemplo do Conjunto Habitacional Cidade Alta. Diferentemente do que se observou na zona sul, as favelas da AP 3 resistiram e ao invés de removidas sofreram projetos de urbanização parcial e incompletos, como foi o caso da Favela da Maré e do Bairro Brás de Pina. Também se percebe na área a presença dos aparelhos de resistência, que se dividem entre os bairros da zona norte e sul, evidenciando uma militância contra o regime que se insere nas camadas médias.

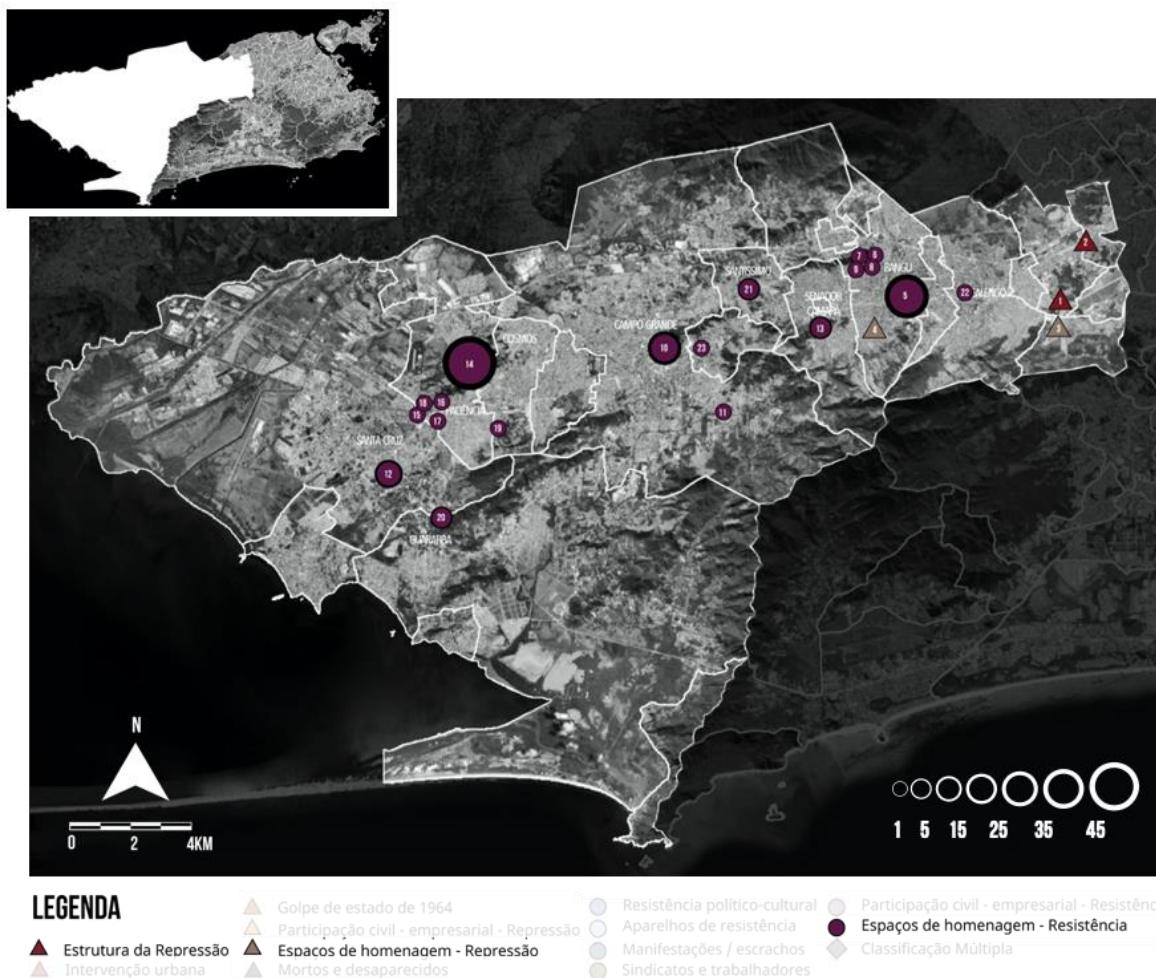
Figura 5- Mapa da AP4: espaços de memória da ditadura empresarial militar



Fonte: produzido pela autora.

A Ap 4 (Figura 5) foi uma área planejada pela administração ditatorial, como uma expansão da Zona Sul, que sofria com o adensamento populacional gerado pela concentração de empregos e serviços na região. O ano de sua construção justifica a escassez geral de espaços de memória, mas a presença de espaços homenagem parece contraditória considerando o projeto da Barra da Tijuca que carrega em sua essência valores classistas e autoritários, sendo assim muito mais facilmente associado à memória da repressão do que da resistência ao regime.

Figura 6 - Mapa da AP5: espaços de memória da ditadura empresarial militar



Fonte: produzido pela autora.

Repetindo o fenômeno observado, a Ap 5 (Figura 6) é a que possui a maior concentração e quantidade de espaços de homenagem da resistência, são inúmeras toponímias ligadas à militância contra o regime, às vezes ocupando quadras inteiras, formando núcleos desconexos de marcas de memória. A ausência de outras tipologias, como mencionado anteriormente, indica uma escassez de aparelhos, mas também, às formas de luta que foram privilegiadas pela memória, que dizem respeito a um determinado tipo de resistência. Este fenômeno não é casual, mas como veremos a seguir um resultado da organização da cidade durante a transição democrática e das políticas de memória do Estado.

A década de 1980 foi marcada por demandas de reparação pelos militantes, familiares e vítimas dos abusos cometidos durante a ditadura empresarial militar. Na cidade do Rio de Janeiro, isto significou a ação do executivo em prol da nomeação de logradouros e antigos lotes ainda não nomeados como homenagens aos representantes da resistência (Torres, 2013), isto ocorreu, contudo, sem enfrentar o entulho autoritário espalhado pela cidade. Torres explica, que:

Conforme a legislação municipal, para se batizar um logradouro que ainda não possui nomeação, basta um despacho do poder executivo. No entanto, para se alterar um nome de rua que já está dado é preciso que o assunto seja resolvido na Câmara dos Vereadores. Isto explica o fato que iniciou-se pela nomeação inaugural de logradouros (2013, p.74).

Assim, estas homenagens ficaram concentradas na Zona Oeste, área periférica ainda em expansão, de forma que a configuração geográfica dessas iniciativas, tiveram um motivo pragmático ao invés de simbólico, pelo menos no quesito de sua localização. Cada inauguração era precedida de uma reunião com os moradores para que conhecessem a vida dos militantes que marcariam seus bairros, ruas, espaço de circulação do cotidiano (Torres, 2013). A necessidade dessas reuniões aponta para um desconhecimento destas memórias por parte da população da Zona Oeste (APs 4 e 5), entende-se que a nomeação das ruas, não foi uma iniciativa dos moradores e muito provavelmente não os representava como grupo. Percebe-se uma situação de memória implantada que é aceita como fosse universal e uma resistência que ainda não tinha assimilado a situação das populações marginalizadas em seu discurso. Entre os militantes ali homenageados, quantos eram de zonas periféricas? Quantos eram pobres? E onde estão as homenagens, por exemplo, às famílias deslocadas da Zona Sul para a Zona Oeste?

A ocupação da AP 5 (Figura 6) ocorreu majoritariamente por operários e migrantes provenientes de outros estados e da própria capital, com trabalhadores realocados pelas políticas urbanas, que transferiram os moradores das favelas erradicadas da zona sul para conjuntos habitacionais na região. Este localidade, em termos sociais, é uma das mais afetadas pelo terrorismo de Estado (que não começa nem se restringe à ditadura empresarial militar). O excesso de memória na zona oeste da cidade, apontado pela análise das cartografias, pode contribuir para o esquecimento das memórias particulares da população periférica que historicamente são privadas de direito à memória. Os espaços de homenagem foram implantados e não motivados por uma memória real associada a aquela área que, provavelmente enfrentou inúmeros problemas e abusos durante o governo militar que não estão registrados, memórias subterrâneas que esperam o momento de irromper e ocupar o espaço público.

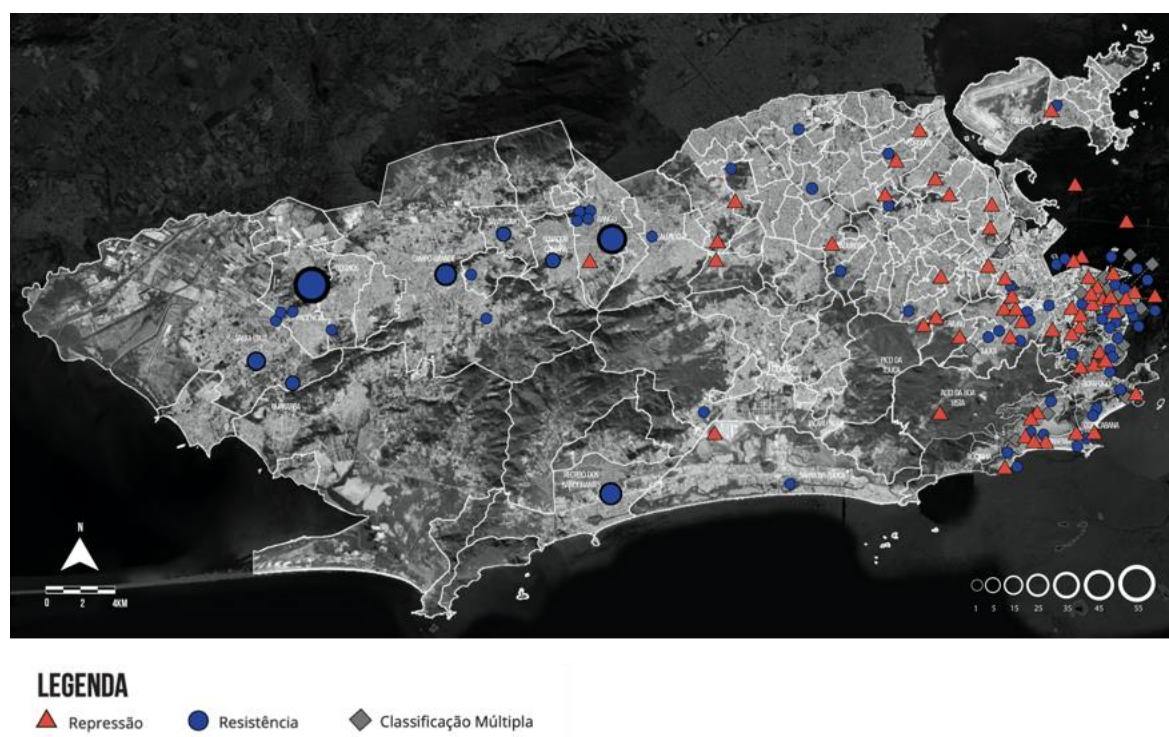
A própria localização destas memórias é reveladora, contidas na área periférica, longe do “centro histórico”, geralmente, escolhido para abrigar as memórias oficiais. Se instalaram em áreas livres, onde não fosse necessário alterar a cidade já constituída, evitando confronto das decisões coletivas, característico do espaço cordial (Ribeiro, 2009). Assim, mantém-se o paradoxo espacial, pela convivência amigável entre espaços da ditadura e da repressão, camuflando o caráter conflituoso da memória da ditadura ainda presente na cidade do Rio de Janeiro.

Percebemos até aqui que as relações de dominação do espaço urbano se refletem nos espaços de memória da ditadura que seguem o padrão segregador, se concentrando ao redor dos aparelhos, usos e funções, que estavam (e permanecem) aglutinados no núcleo inicial de formação da cidade. Conforme nos deslocamos para as áreas periféricas a variedade de espaços de memória começa a diminuir e percebemos a presença de apenas uma categoria: espaços de homenagem, que aparece com uma intensa concentração nas Ap4 e Ap5 (Figura 5 e Figura 6). A ausência de categorias como mortos e desaparecidos, intervenções urbanas e aparelhos de resistência não significam a sua inexistência, mas podem indicar uma ausência de representação das camadas populares na resistência ao regime ditatorial, indicando uma distribuição desigual de relevância simbólica de ações repressivas produzidas pela ditadura empresarial-militar. As violências que são visíveis em áreas mais valorizadas da cidade se encontram naturalizadas nas zonas periféricas, revelando o foco das pesquisas, que pode ser explicado pela falta de documentação, mas

também por uma tendência historiográfica hegemônica de silenciamento da academia brasileira em face ao estado de exceção permanente produzido pela ação das instituições policiais (Passos, 2008).

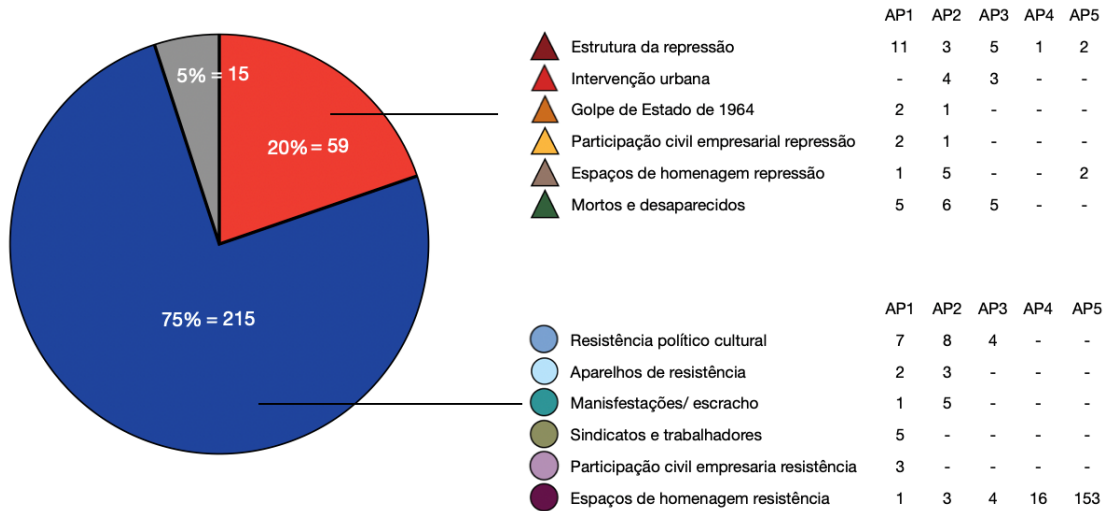
O “Mapa dos espaços de memória da ditadura empresarial militar: Resistência X Repressão” (Figura 7) evidencia com mais clareza esta disputa. Percebe-se a predominância de espaços relacionados a repressão nas Ap1 e Ap2, áreas mais valorizadas da cidade, de maior circulação e até de maior presença de turismo, agravando o impacto destes espaços.

Figura 7 - Mapa dos espaços de memória da ditadura empresarial militar: Resistência X Repressão



Fonte: produzido pela autora.

Figura 8 - Gráfico 1: Tipologia dos espaços de memória da Resistência e da Repressão da ditadura empresarial militar



Fonte: produzido pela autora.

Apesar disto o mapa parece indicar uma conjuntura positiva, com 75% de espaços cartografados como pertencentes à resistência, 20% à repressão e 5% são espaços de natureza múltipla, marcados pelos dois movimentos de forma proporcional, a exemplo das universidades e manifestações estudantis (que resistiam à intensa repressão), ou mesmo, as praças do centro, que serviram tanto para as manifestações a favor da intervenção militar quanto contra ela.

A presença de 215 espaços de memória da resistência, no entanto, não significa necessariamente que exista uma “memória da resistência” na cidade do Rio de Janeiro, pois para haver memória é necessário que exista um grupo que a guarde, uma comunidade afetiva (Halbwachs, 1990). Então, ao olhar para este conjunto nossa primeira impressão pode ser enganosa, há uma ilusão de memória, mas para entender se existe ressonância da mesma no meio social temos de olhar de forma mais contida e cuidadosa.

Entre o conjunto de espaços de memória da resistência, 177 correspondem aos espaços de homenagem, destes 169 estão localizados na Ap 5, concentrados em bairros como Bangu, Campo Grande e Paciência. Como já observado, a forma como foram conduzidas a iniciativas de memorialização na Ap 5 não resultaram na constituição de lugares de memória pela falta de ressonância, não existem placas que explicam a importância desses militantes e tão pouco uma memória social sobre eles. Considerando que a comunidade afetiva que guarda essas memórias coletivas não tem relação com a Zona Oeste da cidade, esta memória não tem a possibilidade de se fortalecer nem para os grupos das quais são provenientes, que dificilmente circulam por essas áreas da cidade, nem para a população periférica, que não convive com os detentores desta história oral, afinal a segregação espacial, que impede o convívio de diferentes grupos sociais da cidade, continua imperando. De certa forma, este deslocamento das homenagens fica mais

evidente exatamente pela permanência desta segregação, assim a manutenção do projeto consolidado pela ditadura empresarial militar se faz presente, mais uma vez.

Ainda, se desconsideramos as homenagens nas áreas de planejamento 4 e 5 da cidade temos um cenário bem diferente quanto ao caráter dos espaços de memória, que passam a ser quase equânimes na sua divisão entre resistência e repressão (respectivamente 46 e 54 espaços), com somente nove homenagens a militantes nas áreas mais centrais (APs 1 e 2).

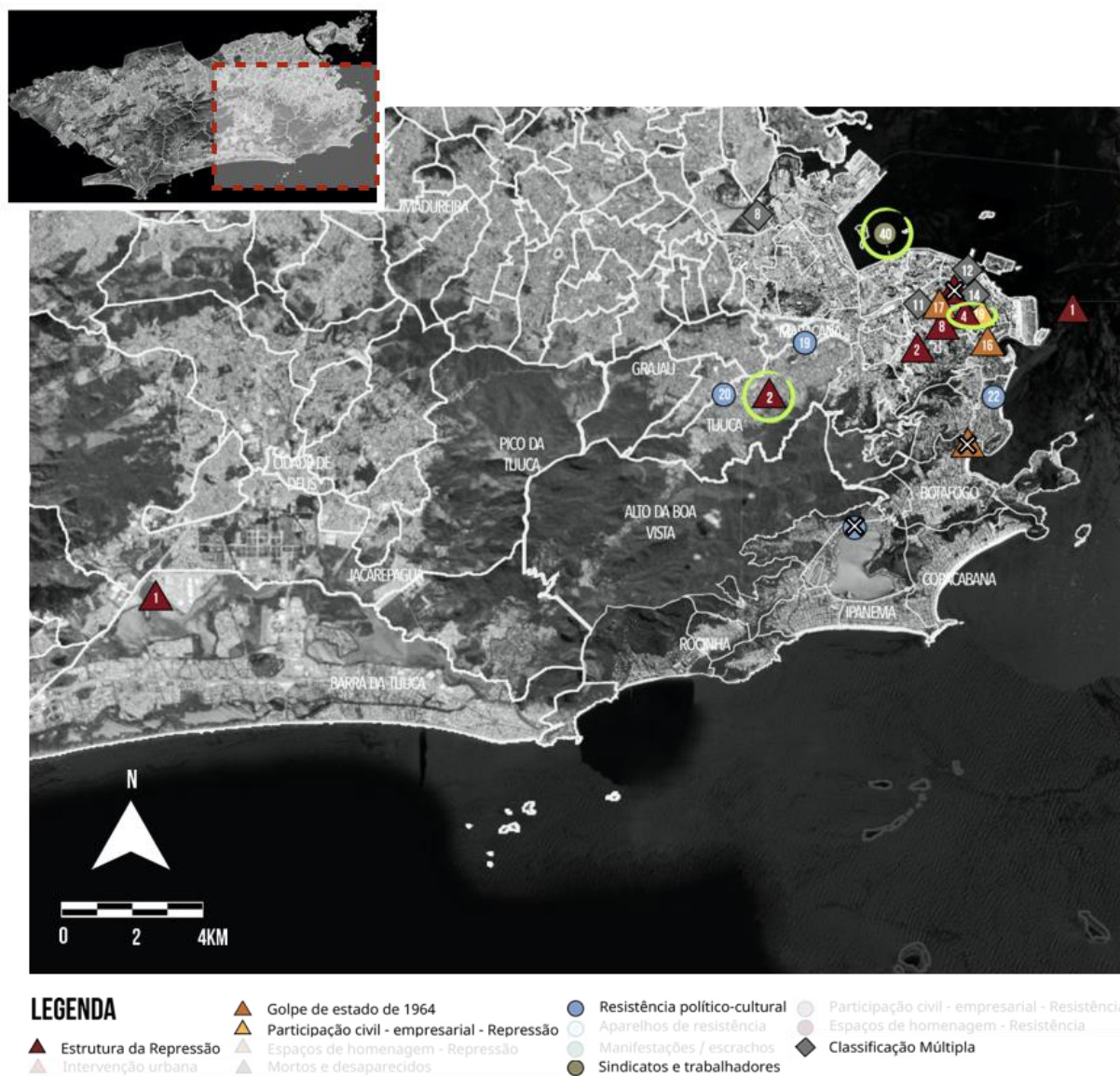
Quanto aos 54 espaços de repressão encontrados na cidade do Rio de Janeiro, destaca-se a tipologia estrutura de repressão, que historicamente tem sido usada na Europa, Argentina e Chile para fins educativos na ótica de "lembrar para não repetir". Como muitas destas estruturas fazem parte da organização "normal/tradicional" do exército, continuaram em funcionamento pós-transição democrática, desempenhando suas funções originais, no entanto, sem qualquer marcação espacial dos abusos perpetrados durante a ditadura e os aprofundamentos e expansões de sua atuação durante este período.

Os espaços de memória da Resistência e as iniciativas de preservação

Na perspectiva de continuar o estudo da história da ditadura empresarial a contrapelo, voltei-me para os objetos culturais para investigar quais iniciativas estão sendo tomadas para preservar as memórias da resistência nos órgãos oficiais do estado, a fim de entender os valores reforçados pelo discurso oficial. Entre os 289 espaços de memória coletiva levantados, dezessete estão submetidos a processos de tombamento ou instrução, assim propõem-se analisá-los para formar uma cenário mais completo quanto à construção da memória da ditadura civil empresarial.

Alguns dos tombamentos foram descartados pelo período em que ocorreram, anteriores à transição democrática, de forma que não poderiam estar associados a uma memória da resistência (Figura 9 - lugares marcados pelo X). Outros, se percebeu mais tarde, que estavam associados a valores artísticos e históricos, sem qualquer menção de sua participação no período da ditadura empresarial militar, nesses processos - Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e Colégio Pedro II, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS - UFRJ), - são ressaltados elementos arquitetônicos, figuras ilustres associadas ao bem e importância histórica. Estes foram lugares onde houve intensa repressão aos estudantes e professores que foram considerados uma ameaça para o governo e assim, perseguidos, demitidos ou cassados a partir do AI 1 ou aposentados compulsoriamente com base no AI 5, ou mesmo exilados, o que na FIOCRUZ gerou um déficit de profissionais tão grande que ficou conhecido como o Massacre de Manguinhos. Espaços de intensa atuação do movimento estudantil, sofreram ataques à bomba de grupos terroristas, como no caso do IFCS, vigilância constante de agentes infiltrados que delatavam colegas e professores que logo em seguida desapareceram ou foram torturados.

Figura 9 - Mapa dos espaços de homenagem da ditadura empresarial militar: iniciativas de preservação



Fonte: produzido pela autora.

Deve-se fazer uma breve menção ao caso do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Caco), que apesar de pertencer ao grupo excluído do estudo, em função do tombamento ter começado durante a ditadura de 1964, mostra a resistência da universidade e do centro acadêmico frente a repressão intensa do Estado. A solicitação de tombamento feita ao Iphan, em 1973, e é justificada pelo antigo uso do imóvel pelo Conde dos Arcos e pelo senado brasileiro, ou seja, pauta-se na relevância histórica, mas ao longo de todo documento é ressaltada a urgência deste pedido em função do estado de deterioração do imóvel e impossibilidade de continuar o funcionamento da Faculdade Nacional de Direito (FND). O pedido é continuamente declinado pelo órgão de preservação por conta da descaracterização do imóvel, e ainda, se declara que a responsabilidade de manutenção do prédio deve ser do Estado. Em 1983, o presidente da OAB/RJ, Hélio Saboya, intervém em defesa do tombamento, alegando que o "recinto conserva ainda ressonâncias históricas da consciência cívica de nosso país, e que foi, inclusive, sede do senado federal da república" (IPHAN, 1973). O tom da solicitação muda com a transição democrática, a linguagem sutil é

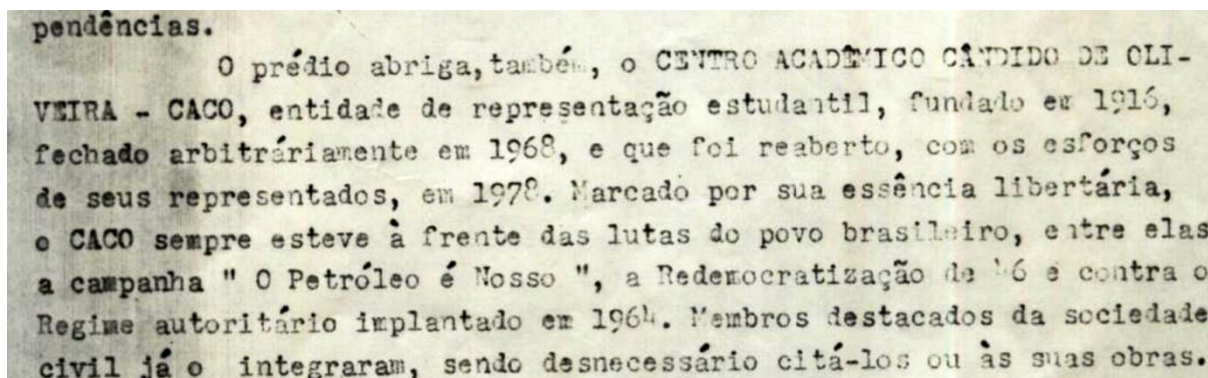
reforçada por uma matéria do Jornal do Brasil anexado, que mostra a perseguição à FND desde a ditadura de Getúlio (Figura 10). Neste momento, a sociedade civil aproveita para solicitar o tombamento pelo INEPAC, o documento oficial novamente ressalta apenas aspectos históricos, mas o abaixo assinado anexado mostra uma outra justificativa, bem mais política associada a importância do Caco (Figura 11).

Figura 10 - Jornal do Brasil 1/06/1983



Fonte: IPHAN, 1973.

Figura 11 - Manifesto pelo tombamento da FND como patrimônio histórico e cultural feito pelo CACO



Fonte: INEPAC, 1983.

Em termos gramscianos, a perseguição a comunidade científica pode ser entendida como o exercício da direção moral e intelectual para o processo de legitimação da sociedade política, assim a preservação da história conflituosa das universidades permite entender o interesse que os grupos hegemônicos tem por estes espaços e, como influenciaram o modelo de ensino para a imposição das suas agendas, tema que na atualidade ganha novos contornos.

A continuação da pesquisa, revelou 4 casos de iniciativas de preservação voltadas para a questão da ditadura empresarial militar (Figura 9 - lugares circulos em verde). A primeira menção se refere ao prédio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) tombado pelo IPHAN (1110 - T - 1984), em 1984. Este esteve motivado por questões estéticas ligadas ao movimento modernista e ao "pioneirismo de sua forma", mas também ressalta o papel histórico da instituição na luta "pela liberdade de expressão e aos movimentos políticos pela volta da democracia". É interessante observar que o caráter contraditório da instituição é inexplorado, devemos lembrar que, apesar da censura, o apoio da grande imprensa ao governo militar permaneceu por quase uma década e por mais que a ABI criticasse a falta de liberdade e as prisões dos jornalistas, o fazia sempre em uma posição conciliatória (Gómez, 2018). Em 1966, com a mudança da presidência da ABI, se estabeleceu uma relação de maior proximidade com o governo militar, que implicou em um convite ao marechal Costa e Silva para um almoço na sede da instituição. Este evento foi marcado por contradições, o presidente Costa e Silva fez um discurso sobre a importância da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa, defendeu a democracia e prometeu punir a violência contra os estudantes, isto apenas meses antes do AI5 (Gómez, 2018).

Os rumos da associação começam a mudar a partir da morte de Vladimir Herzog em 1975, quando a ABI se posiciona contra os militares e passa a ser vista pelos grupos radicais como uma organização comunista, sofrendo inclusive um atentado à bomba planejado pelos militares. A ABI teve grande importância no movimento pelas Diretas Já, Anistia e o processo de transição, mas ressalta-se que, entre tantas instituições com postura categórica contra a ditadura empresarial militar, escolheu-se tornar uma que teve postura conciliatória e que não rompeu com o Grupo Globo, um dos maiores apoiadores

do golpe de 1964 e legitimador daquele regime, que até hoje se manifesta contra a revisão da Lei da Anistia e punição dos torturadores.

A Igreja Nossa Senhora Salete foi outro exemplo encontrado de projeto oficial para preservação das memórias da resistência. Incluída no projeto Circuito da Liberdade (2014) do IRPH, recebeu uma placa que a demarca como local de reconhecida importância na luta pela democracia. Segundo o sítio eletrônico da Prefeitura do Rio de Janeiro:

[...] O presidente do IRPH, Washington Farjado, explicou a importância de lançar o Circuito da Liberdade: Por mais que conheçamos essa história através dos livros, das revistas e dos documentários, é importante ocupar o espaço urbano assinalando os lugares onde ocorreram os fatos que marcaram a história da luta pela liberdade, fundamentais na construção da identidade de uma cidade. O Rio foi o epicentro da democracia. Por isso, a ideia é ampliar este circuito

.....

Mais seis placas farão parte do roteiro inicial do Circuito da Liberdade. O comício realizado na Central do Brasil, que antecedeu o golpe, e o comício das Diretas Já, que mobilizou um milhão de pessoas no clamor pelas eleições presidenciais, serão lembrados. Os sindicatos dos metalúrgicos, em São Cristóvão, e o dos bancários, no Centro, serão sinalizados como importantes locais durante o golpe civil-militar. A Igreja de Nossa Senhora da Salete, no Catumbi, também está no roteiro por ser um local onde os perseguidos políticos e movimentos sociais realizavam reuniões. O escritório do advogado Sobral Pinto, que atendeu presos políticos, também integra o circuito. Além deste Circuito, o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade conta com outros roteiros, como o da Bossa Nova, da Art-Déco, do Samba, do Cinema de Ruas, dos Bares Tradicionais, entre outros. O objetivo é criar um roteiro para os cariocas e turistas conhecerem locais importantes do patrimônio da cidade segmentado por temas.

A sinalização ou demarcação territorial, por meio de placas e monumentos é importante para a construção de uma história e memória da resistência ao período ditatorial militar, são atos de memorialização, intencionais e pedagógicos necessários para a construção da democracia e um sentido amplo de reparação. Nestes dois casos, é pertinente apontar para a sutileza da violência simbólica, que ocorre de forma indireta através da linguagem. A utilização da palavra “Liberdade” associada a estes espaços que foram marcados pela violência sistêmica a liberdades políticas e individuais pode ser considerada uma forma de apagamento do seu caráter conflituoso, dando lhes um viés positivo para amenizar a violência, “lugares que lutaram pela liberdade”, passa uma impressão de uma luta justa, romântica, conduzida pela figura de herói, enquanto a luta contra a repressão, contra a ditadura tem uma dimensão mais assoladora, coloca-os na posição de vencidos.

O conteúdo das placas instaladas pelo Circuito da Liberdade também merece atenção. No caso da OAB, por exemplo, o local está relacionado ao atentado à bomba responsável pelo assassinato da funcionária Lyda Monteiro da Silva, cometido por militares radicais e anti-democráticos, segundo as apurações da CEV-RIO. Na placa (Figura 12) se utiliza a palavra “morreu” ao invés de “assassinada”, em função de uma carta-bomba a qual não se atribui autoria, nada indica sua relação com a ditadura empresarial militar. Em comparação, uma placa em Buenos Aires (Figura 12) em homenagem ao militante Hector Demarchi coloca claramente “detenido desaparecido por el terrorismo de Estado”, e ainda “30.000 desaparecidos presentes Barrios Memoria Y Justicia”.

Figura 12- Placa em homenagem às vítimas da ditadura: Brasil X Argentina



Fonte:<http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/exibeconteudo?> Fonte:<https://zanzemos.com/museu-da-ditadura-na-argentina/>

Outro aspecto ser destacado é tentativa de esvaziamento das memórias da ditadura por meio da mercantilização da cultura, o Circuito da Liberdade se soma a “outros roteiros, como o da Bossa Nova, da Art-Déco, do Samba, do Cinema de Ruas, dos Bares Tradicionais”, assim, tantos os conflitos quanto segregação social são mimetizados na dimensão cultural, despolitizando as memórias.

Os dois casos mais emblemáticos de tentativa de tombamento relacionado aos espaços de memória da ditadura empresarial militar, na cidade do Rio de Janeiro, foram: o caso do Dops e do DOI-CODI, ambos os processos ainda estão em andamento pelos motivos que serão delineados a seguir.

A solicitação de tombamento do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi feita ao INEPAC por Nilo Batista, secretário da polícia civil, no dia 10 de maio de 1987. O órgão de controle e repressão aos movimentos políticos e sociais, funcionou de 1962 a 1975, no edifício da rua da Relação. O decreto baseado na exposição de Hélio Silva, historiador e preso político, afirmava que o tombamento seria a “celebração necessária dos brasileiros ali torturados pelas sua ideias e práticas políticas progressistas e populares”, e completa “além desse valor histórico inegável e altamente expressivo, vale o próprio imóvel pela sua fisionomia arquitetônica do gosto eclético que dominou o centro tradicional do Rio de Janeiro, e está, hoje, em parte protegido pela legislação do corredor cultural”. O processo de tombamento provisório logo foi aprovado por decisão unânime no INEPAC, e publicado no Diário Oficial, dia 13 de março de 1987.

A manchete do Jornal do Brasil anunciava o evento histórico: “Torturado verá tombamento do prédio do Dops”, a matéria relatava as condições de deterioração do imóvel e sua história sombria, utilizado tanto pela polícia da ditadura Vargasista, com a prisão de Olga Benário, quanto pelo regime

ditatorial de 1964. O entrevistado Hélio Silva, declarou: “sua história não é apenas uma trama policial e sim o desenrolar da nossa vida e, sobretudo, da conquista da liberdade que sempre vence a repressão”.

Apesar do processo rápido e sem impedimentos, o Dops nunca foi elevado à condição de tombamento definitivo. Foi sede da 1ª DP e de um pequeno museu sobre a instituição até 2008, quando foi fechado por risco de desabamento. Em 2014, foi visitado pela Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV - RJ), para entender o espaço, suas funções e modificações ao longo dos anos, a matéria da BBC relata:

Na primeira vez que entrou no Dops, um ano atrás, a Comissão Estadual da Verdade se surpreendeu ao encontrar pilhas e pilhas de documentos de valor histórico abandonados, cobertos por poeira e fezes de pombos e morcegos. Desta vez, uma surpresa ainda maior: os documentos foram retirados, e seu paradeiro é incerto. (Carneiro; Gomes, 2014).

Em 2013, o ex-governador do Rio, Sérgio Cabral, chegou a anunciar a instalação no prédio de um museu em memória das vítimas da ditadura militar, proposta apoiada por diversas entidades de direitos humanos e pelos movimentos sociais, entre eles o Ocupa Dops. Contudo esta nunca se concretizou, e o edifício continua em disputa com a Polícia Civil, que defende um novo museu histórico da instituição, argumentando que seria contemplado o período em que funcionou como sede do Dops (Carneiro; Gomes, 2014).

De forma análoga se deu o processo de tombamento do DOI-CODI, localizado na Tijuca. O tombamento foi solicitado ao IPHAN, no dia 20 de agosto de 2013, pelo procurador da República Antonio Passo Cabral, em conjunto com a CEV - RIO. Os motivos delineados são a grande importância histórica e educativa do local, como lugar de memória e testemunho da ditadura no Brasil, reiterando a importância de sua proteção, “a fim de rememorar as atrocidades do período da ditadura, impedindo seu simples esquecimento, e valorizando a memória das vítimas e dos movimentos de resistência ao regime de exceção” (IPHAN, 2013).

Na instrução de inúmeros Procedimentos de Investigação Criminal nesta Procuradoria da República (PR/RJ), instaurados no âmbito do Grupo de Trabalho Justiça de Transição do Rio de Janeiro, foram colhidas provas irrefutáveis de que este local, o edifício nos fundos do 1º Batalhão de Polícia do Exército, pelo menos de 1969 a 1979, foi sede do DOI-CODI/RJ.

Ali, o governo ditatorial militar instalou sua unidade de inteligência e tortura, órgão responsável por realizar capturas, sequestro, tortura e assassinato de centenas de pessoas, muitas delas sequer processadas criminalmente, e que sofreram, desapareceram ou morreram naquele local sob a guarda do Estado e por ordens dos agentes públicos da repressão.

A prova destes fatos é possível por relatos históricos, amplamente documentados, somados a inúmeros documentos oficiais do Estado brasileiro, que atestam a existência do órgão e sua função na lógica do governo militar. Estes elementos de prova documental, que já seriam suficientes para revelar os episódios, são acrescidos ainda de farta prova testemunhal (Iphan, 2013).

Em um primeiro momento é solicitado o tombamento do imóvel por já ser um instrumento tradicional do Iphan. Justificando que o objeto potencial do tombamento é amplo, podendo incidir sobre bens materiais, móveis e imóveis, além do suporte físico dos bens culturais imateriais, assim, segundo o processo, este instrumento é de extrema relevância no resguardo de bens materiais que revelam parte da

História do Brasil, sítios onde, no passado, foram observadas práticas de violência e injustiças. Ainda argumentaram que este poderia garantir a não destruição do imóvel, o que seria importante neste caso, uma vez que, “[...] a memória é expressa nos componentes materiais (palpáveis) do edifício, sua estrutura física, a distribuição espacial das celas de encarceramento e tortura, etc” (IPHAN, 2013).

O documento ainda ressaltou que o resgate da memória não é espontâneo, e que cabe ao Estado e à sociedade civil construí-la e moldá-la, e que no Brasil, esta função tem sido relegada às associações que têm se organizado para a construção de memoriais, esculturas, placas, pesquisas acadêmicas, realização de marchas, etc., “mas o Estado também deve cumprir seu papel constitucional, atuando para a implementação do direito à memória e à verdade e para a proteção do patrimônio cultural e histórico brasileiro” (IPHAN, 2013).

Apesar de todas as tentativas de agilizar o processo, contatando inclusive o Superintendente, o historiador da instituição alegou a falta de documentos para o prosseguimento do tombamento, a saber: “descrição do objeto, estado de conservação, acrescidas de documentação fotográfica e plantas”. O documento original escrito pelo MPF, já prevendo essa solicitação e a dificuldade de desempenhá-la, apresentou detalhadas descrições do imóvel colhidas através do testemunho, que permitiriam a reconstituição da planta desse edifício, em diferentes momentos do governo militar, conforme os depoimentos de presos políticos e outras fontes citadas. Inclusive foram anexadas as plantas elaboradas pelo ex-presos político Newton Leão Duarte, logo que o Iphan indicou esta ausência. No entanto, a recomendação recebida em 2017, foi:

Assim, recomenda o envio de correspondência ao General do Exército Francisco Carlos Modesto, Comandante Militar do Leste, solicitando autorização para uma vistoria ao local. Também acrescenta que, no caso de uma resposta negativa ou de uma ausência de resposta, podem ser avaliadas outras alternativas para a instrução processual. Ainda, sugere o pedido ao Procurador da República Dr. Antonio Passo Cabral de outras vias de um CD e de uma planta do prédio em estudo (anexados ao pedido de tombamento (IPHAN, 2013).

As comunicações subseqüentes parecem uma representação de “O Processo” de Kafka, a instrução foi seguida e o general respondeu que este tipo de solicitação só poderia ser feita pelo Iphan, o órgão então encaminhou um email requerendo a visitaçao, todavia, somente em 05/07/2017, o processo em tela é encaminhado ao Arquiteto Ricardo Kosinski para realizaçao de vistoria ao local, que é negado pelo Comando do Exército, apresentando os seguintes motivos: requisitos de segurança da Organização Militar (que abriga reservas de armamento e material); alteraçoes no interior do prédio em relação às décadas de 1960 e 1970; a planta existente data de 1984 (posterior ao período do DOI-CODI); o tombamento no interior do Batalhão representa prejuízo a sua operação; e finalmente, a própria inexistência do DOI/CODI-RJ na atualidade. Este câmbio continua kafkiano em sua essência, com Iphan ressaltando a importância da planta e o MPF reiterando a falta de colaboração do exército, até que em 2019, foi feita uma última tentativa (IPHAN, 2013):

Em 04/07/2019, essa Superintendente encaminha o processo de tombamento em tela, conforme solicitação, ao Diretor do DEPAM, Andrey Rosenthal Schlee, para análise e manifestação. Na mesma data, o Ofício nº 108-A2.2/A2/GabCmtEx (constante no Processo 01450.002618/2019-97 anexado ao Processo 01500.003629/2013-66) é

encaminhado ao referido Diretor do DEPAM pelo General Fábio Benvenutti Castro, Chefe do Gabinete do Comandante do Exército, que expõe argumentos contrários ao tombamento em tela, a saber:

- o interior do prédio sob estudo de tombamento sofreu obras de adequação para abrigar uma companhia de Polícia do Exército, fato que o descaracteriza como bem de valor histórico ou cultural;
- o tombamento pretendido, sobretudo se realizado no interior do 1º BPE, prejudicará o emprego operacional do Batalhão e comprometerá a segurança do aquartelamento;
- vale lembrar que o 1º BPE abriga depósitos de material bélico, como armamentos e munições, além de outras instalações e áreas sensíveis, de interesse estratégico nacional, na forma do inciso VI, do art. 23, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- o tombamento trará dificuldades para manutenção e preservação de instalações, pois necessitará de pessoal especializado, inexistente nos quartéis das Forças Armadas, além de acarretar um custo sem previsão de recursos para suportá-lo;
- o tombamento em nada contribui para a pacificação social e política tão almejadas pela sociedade brasileira, vez que teria o potencial de gerar animosidades por rememorar fatos cujos registros devem permanecer apenas na História;
- o tombamento e a criação de espaço para visitação em quartel operacional das Forças Armadas, como é o caso do 1º BPE, implica em evidente desvio de finalidade dessa Organização Militar.

Mesmo antes da resposta final do exército, a historiadora Amanda Cardoso indicou que “o prédio onde funcionou o DOI-CODI reúne características inerentes a locais comumente considerados como “lugares de memória”, sugerindo a possibilidade de seu reconhecimento e valorização sob a ótica dessa nova categoria de proteção, uma vez que, as dificuldades de instrução apontadas durante o processo de tombamento parecem irreconciliáveis. Ainda, justifica que a “declaração de lugar da memória” é um instrumento de proteção do patrimônio cultural, em instância federal, que ainda não foi implementado, mas que garante o reconhecimento dos valores simbólicos mesmo que um bem tenha sofrido perdas ou alterações, para que sirva de medida de reparação simbólica e forneça suportes materiais para a construção de memórias que venham a integrar um projeto mais amplo de educação para direitos humanos por meio do patrimônio cultural.

Considerando a “declaração de lugar da memória”, em sua concepção, como um instrumento democrático que pressupõe o envolvimento de diferentes agentes sociais. Face ao exposto, apesar de ainda inédito no âmbito do IPHAN, pensamos que o instrumento da “declaração de lugar da memória” é mais abrangente que o “tombamento”, podendo melhor abarcar e preservar os aspectos materiais e imateriais do objeto em questão. Compreendemos também que a aplicação do instrumento da “declaração de lugar da memória” requer como base, pesquisas, levantamentos e prospecções a serem desenvolvidos por equipe multidisciplinar, contando com a cooperação entre os Departamentos de Patrimônio Material e Imaterial do IPHAN. Ainda, pensamos que para o emprego de tal instrumento e ações complementares de proteção, seja imprescindível a realização de um pacto entre diferentes agentes sociais envolvidos (IPHAN, Exército Brasileiro, Ministério Público Federal, Comissão da Verdade, organizações da sociedade civil e outros). Finalmente, com relação aos argumentos do Exército Brasileiro, constantes no Ofício nº45-A2.2/A2/GabCmtEx, entendemos que não nos cabe manifestação, mas a instâncias superiores (técnica e jurídica) deste IPHAN, conforme estabelece a Portaria 11/86. Este é o nosso parecer que submetemos à análise superior (IPHAN, 2013).

Este último parecer, de 31 de julho de 2020, ainda aguarda resposta. Percebe-se que tanto no caso do Dops quanto do DOI-CODI, que a tentativa de apagamento não se deu de forma direta, não foi um resultado de intervenções específicas do Estado, mas da sua constante omissão, que se configura

também como uma ação, não menos intencional. No primeiro, não foi preciso a destruição para se consolidar o apagamento a pela negligência constante, e no segundo, a burocracia impediu a sua preservação durante anos.

Estes são casos que mostram claramente as consequências da anistia no âmbito da memória, a não culpabilidade dos agentes de repressão do Estado lhes confere o poder de negar ou autorizar a preservação da memória da resistência, permitindo a perpetuação das violências institucionais, agora no campo do simbólico.

Se estes relatos se fizeram exaustivos, foi de forma proposital, pois é preciso entender a dimensão da dificuldade da construção de uma memória social sobre o período ditatorial, e o trabalho incessante e incansável das vítimas, grupos de direitos humanos e de organizações e instituições cívicas, frente a postura conciliatória, e por vezes hostil, do Estado.

Assim, é preciso ressaltar os avanços e rupturas que ocorreram apesar das forças amnestísticas do Estado e de setores da sociedade civil. O instrumento de “lugares de memória” é uma conquista importante, pois permitirá a preservação de bens mesmo que tenham sofrido alterações ou que não possuam claros valores estéticos ou arquitetônicos, como é o caso da maioria de espaços de memória da ditadura empresarial militar, este é um caminho possível que deve ser aliado a perspectiva de justiça social.

Não devem ser minimizadas as iniciativas da OAB, das instituições de ensino, dos sindicatos, do grupo Tortura Nunca Mais/RJ, CEV - RIO e UNE, mas também, do Grupo NeXa (núcleo de experimentações anárquicas) do Morro do Borel, das Mães de Manguinhos e muitos outros, que tem trabalhado de forma interseccional mostrando que o estudo do passado deve ser feito na perspectiva do presente, compreendendo os dilemas da democracia limitada que se instalou pós 1985 com a transição, ou continuidade, do autoritarismo para o autoritarismo da democrática atual. A percepção da violência da ditadura empresarial militar, não como excepcional, mas dentro de seu caráter estrutural, nos faz perceber que a luta por memória é também uma luta por direito à cidade.

Conclusão

A análise dos mapas permite perceber com mais clareza o espaço cordial na cidade do Rio de Janeiro e como ele está ligado às memórias da ditadura empresarial militar, que embora se afirme como encerrada no discurso, persiste no espaço desde do desenho urbano, à violência simbólica perpetuada e até nos valores ressaltados pela preservação. A percepção de como este período está espacializado na cidade é fundamental para compreensão do relacionamento entre a violência do Estado e a desigualdade espacial. A preservação dessas memórias no cenário urbano brasileiro permite perceber que as reminiscências do período ditatorial estão fortemente expressas e atreladas ao espaço em que vivemos e ao nosso cotidiano e, por isso, devem ser estudadas pela perspectiva do presente.

As memórias da resistência, enquanto memórias coletivas, são um campo em disputa territorial e política e a proposição de cartografias pode ser entendida como uma ação que auxilia na preservação das mesmas, ganhando um caráter educativo, especialmente, neste momento político hostil para a

continuidade da construção de análises críticas sobre o período ditatorial. Destaca-se que, a percepção de como estas memórias encontram-se especializadas na cidade do Rio de Janeiro, possibilita a compreensão entre a violência do Estado, suas rupturas e continuidades, em uma perspectiva que converge a questão do direito à cidade.

Diversos exemplos marcam a cidade carioca, como as obras de infraestrutura realizadas durante o regime, que foram consideradas um dos pilares da política econômica dos governos militares, os nomes de ruas e estátuas homenageando militares. As intervenções no espaço, juntamente com o aparato repressivo e de propaganda, foram fonte de legitimação social da ditadura. Sua permanência, como parte da paisagem urbana, a partir de um consentimento tácito, é uma forma de manutenção do poder e de construção de uma memória que é imposta ao invés de concordante. Se naturalizam então as desigualdades sociais, os abusos de autoridade, e os mais diversos crimes praticados pelos agentes de Estado, na vigência dos regimes militares, e que de maneira velada e sub-reptícia ainda constituem prática costumeira na atualidade.

A pesquisa revelou que há uma distribuição heterogênea de espaços de memória da ditadura empresarial militar na cidade, e que existe uma relação urbanística de onde a memória aparece: a memória é mais densa em espaços valorizados, e mais esparsa em áreas periféricas, assim a quantidade e tipologia das memórias pode ser um indicador de desigualdade espacial. O apagamento da violência da ditadura quanto às populações marginalizadas impõe-lhes a condição de memória subterrânea. Percebe-se que a ausência de direito à cidade configura-se também como uma ausência de direito à memória.

Cria-se uma concorrência entre memórias (JELIN, 2002), que não se refere a resistência versus ditadura, mas resistência contra resistência, que disputa entre si pela permanência de sua memória sem nunca ameaçar a versão dos militares e do setor empresarial, contribuindo para a fragmentação da luta de classes. Este tipo de ação, mesmo que involuntariamente, pode gerar o silenciamento, portanto, com menos brutalidade, mas com mais eficiência - em vez de fortalecer nossa resistência, seríamos meros agentes que contribuem para aumentar o esquecimento pelo menos quanto à ditadura.

Percebe-se o papel central da anistia como barreira para a construção da memória social, e como, a conciliação e cordialidade deste processo respaldam a manutenção dos valores dos grupos hegemônicos e ação do estado. Percebe-se que a falta de memória se explica pela ausência de justiça social e responsabilização histórica, tanto do exército quanto do empresariado brasileiro.

Assim, releitura a contrapelo da historiografia dominante, mas também das ações do Estado quanto a reparação simbólica, faz-se necessárias para a quebra desta ilusão de memória, que é também ilusão de consenso, ou pelo menos, de uma realidade mais equilibrada entre valores da resistência e da repressão que imperam nos espaço.

Referências:

ABREU, Maurício. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**, n. 4, 1996, Rio de Janeiro.

- ABREU, Maurício. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 4º edição, 2013.
- AVILEZ, Erik Magalhães de. **Flores Mudas**: uma análise da influência da ditadura anistiada nas estruturas das violências estatais no Brasil. 2018. Dissertação – Mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos, Núcleo de Estudos em Políticas Públicas em Direitos Humanos, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, Arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- CARNEIRO, Júlia Dias; GOMES, Luciani. No Rio, ex-sede do Dops tem passado sombrio e futuro duvidoso. **BBC News Brasil**, 9 de dezembro de 2014. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141208_dops_rio_texto_pai_jc>> (Acesso em: 1/01/2022).
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere (Vol. 1)**: Introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere (Vol. 2)**: Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere (Vol. 3)**: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GÓMEZ, José Maria. **Lugares de memória**: Ditadura Militar e Resistências no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2018.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. Sobre o instituto. **Instituto Vladimir Herzog**, s/d. Disponível em: <<<https://vladimirherzog.org/sobre-o-instituto/>>>(Acesso em 25/09/2019)
- ISER. ISER lança cartografias da ditadura. **ISER**, 1 de abril de 2014. Disponível em: <<<https://www.iser.org.br/noticia/destaques/cartografias-da-ditadura/>>>(Acesso em 25/09/2019)
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Processo de Tombamento nº 1706. Rio de Janeiro, 2013.
- LOWY, Michael. **“A contrapelo”**. A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). *Lutas Sociais*, São Paulo, n.25/26, p.20-28, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011.
- LOWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MEMÓRIAS DA DITADURA. Sobre o projeto Portal memórias da ditadura. **Memórias da ditadura**, s/d. Site oficial. Disponível em: <<<https://memoriasdaditadura.org.br/sobre-o-projeto/>>>(Acesso em 25/09/2019).
- NAPOLITANO, Marcos. **A questão da resistência cultural**. Tempo negro, temperatura sufocante. Rio de Janeiro, Editora PUC/Contraponto, 2008, p.259-287
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez./1993.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol, 2, n.3., 1989.
- PASSOS, Tiago Eli de Lima. **Terror de Estado**: uma crítica à perspectiva excepcionalista. 2008. Dissertação - Mestrado em antropologia social, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- RIBEIRO, Cláudio Rezende. **Ouro Preto, ou a produção do espaço cordial**. 2009. Tese - Doutorado em Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio

de Janeiro 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=158201>.

RIBEIRO, Cláudio Rezende; SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Relações e contradições: direito à cidade e patrimônio urbano. **III ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**. Anais III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo: arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva, São Paulo, 2014.

SCHINDEL, Estela. ¿Hay una "moda" académica de la memoria?: Problemas y desafíos en torno del campo. **Memoria Académica**. 2011, vol. 2 no. 3. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.4987/pr.4987.pdf

SCHINDEL, Estela. Inscribir el pasado en el presente: memoria y espacio urbano. **Política y Cultura**, primavera 2009, núm. 31, p. 65-87.

SCHINDEL, Estela. Now the Neighbors Lose Their Fear?: Restoring the Social Network around Former Sites of Terror in Argentina. **The International Journal of Transitional Justice**, Vol. 6, 2012, p. 467–485.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. Curitiba: Editora UFPR, 2007

TORRES, Pedro Henrique Campello. **Disputas toponímicas e lugares de memória referidos à ditadura civil-militar brasileira (1964 a 1985) na cidade do Rio de Janeiro**. 2013. Dissertação - Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Notas

1 Mestra em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro do grupo Direito e Urbanismo nas Práticas Sociais Instituintes - <https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5094>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1722557026466669>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-0290-9082>. Email: marianascabello@gmail.com.

Recebido em: 02 de fev. 2024
Aprovado em: 20 de mai. 2024